



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

**Nesta edição 10 matérias**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, quarta-feira, 25 de maio de 2011**

<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Entidades de classe do Amazonas se unem em defesa da ZFM .....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> CAPACIDADE DE PRODUÇÃO SOBE MENO QUE SALÁRIOS .....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> ABC DOS TABLETS .....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> PRODUÇÃO NACIONAL SERÁ INTENSA NO SEGUNDO SEMESTRE .....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Novo Código Florestal é aprovado na Câmara .....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PÁGINA 20</b> Dia da Indústria no Acre .....	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> EMPRESAS JÁ TÊM PROJETOS PARA PRODUZIR TABLETS .....	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> MUITO ALÉM DE APPLE, SAMSUNG E MOTOROLA .....	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>COLUNA CLÁUDIO HUMBERTO</b> INVESTIMENTOS .....	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>CBN MANAUS</b> Para Périco, Ganância, vista grossa e desrespeito ameaçam Zona Franca de Manaus .....	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <b>AMAZONAS</b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>Entidades de classe do Amazonas se unem em defesa da ZFM</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Representantes de 48 sindicatos patronais e outros 140 de trabalhadores criticam o **Governo Federal** pela Medida Provisória (MP) 534.

**Manaus** - A manutenção dos benefícios fiscais do Polo Industrial de **Manaus (PIM)** vai depender da capacidade de articulação da bancada do **Amazonas** no Congresso e da força de seus governantes. Em nota divulgada ontem, entidades empresariais e de trabalhadores criticam o **Governo Federal** pela edição da Medida Provisória (MP) 534 que retira a vantagem de produzir tablets em **Manaus** e pedem esforços aos políticos para tentar reverter a situação.

“Precisamos estar em constante vigília e permanentemente atentos, com as Medidas Provisórias, Projetos de Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e tantas outras possibilidades intencionais ou não, que aos poucos minam o projeto **ZFM**”, diz a nota assinada por nove entidades da indústria, **comércio** e agricultura representando 48 sindicatos patronais e 140 de trabalhadores.

O documento cita também a MP 517, em tramitação no Senado federal, que reduz assim como a MP 534, reduz as alíquotas do Programa de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins), além de prorrogar a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos bens de informática, “ferindo de morte a **produção** dos mesmos no Parque Industrial Amazonense”.

A nota destaca os “ataques sistemáticos ao modelo de **desenvolvimento** e cobra o cumprimento à Carta Magna, que assegura tratamento diferenciado para esta área de incentivos fiscais. “De nada nos adiantará cumprir as promessas de prorrogação da **Zona Franca** de **Manaus** se forem paulatinamente retiradas as vantagens que lhe são asseguradas pela Constituição Federal”.

A insegurança jurídica da medida é destacada pelas entidades como inibidor de novos investimentos para **Manaus** com medidas que beneficiam outras Regiões. “É injusto e incoerente tratar de maneira igual situações desiguais. Regiões possuidoras de uma boa infraestrutura de **produção** e logística de transporte, disponíveis em todos os modais não necessitam de incentivos iguais a de regiões carentes desses e de outros recursos”, diz o texto.

### Competência

“A questão deixou de ser técnica para ser um problema político. Se nossos políticos não tiverem competência para impedir, haverá prejuízos”, alerta o economista e consultor Francisco de Assis Mourão. “Sempre foi assim. Sofremos diversas ameaças no passado até ganharmos uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e isso nos deu uma segurança. Agora, se não brecarmos perderemos as vantagens comparativas”, avalia o economista, responsável por vários projetos industriais de implantação em **Manaus**.

O governador Omar Aziz anunciou que vai se reunir com a bancada do **Amazonas** em Brasília com propostas ao **Governo Federal**. Entre elas vai defender a excepcionalidade da **ZFM** na **produção** de placas-mãe de computadores e de displays para a indústria de bens de informática.

A ideia do governo é incluir na elaboração do Processo Produtivo Básico (**PPB**) que está sendo elaborado pelos **Ministérios** da Ciência e Tecnologia (MCT) e do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)**, uma alíquota do IPI de 15% na **produção** de display para os demais Estados, o que deve retomar a competitividade de **Manaus**.

Assembleia e Câmara debatem perdas

A perda de competitividade de **Manaus** e a abertura de empregos em outros Estados que receberão

as indústrias de tablets dominou o debate nas casas legislativas, com críticas ao governo estadual e à bancada parlamentar federal.

Para o deputado Marcelo Ramos (PSB), a falta de investimentos em logística foi um dos fatores para que a fábrica de tablets seja instalada em Jundiá (SP). “Isso é reflexo da falta de investimento de anos dos governos que não prepararam o Estado para um **mercado** competitivo. As empresas querem portos, aeroportos e internet, tudo o que não temos com qualidade”, disse.

O deputado Arthur Bisneto (PSDB) também criticou os parlamentares, afirmando que a ausência de uma oposição ao **Governo Federal** no Congresso deixa o Estado desprotegido. “Os senadores preferiram atender a ordem da sua patroa, do que lutar pelo interesse do **Amazonas**”.

Sinésio Campos (PT) afirmou que a decisão da Presidência da República foi equivocada e injusta com o Estado. Ao ser questionado sobre uma demora do governador Omar Aziz em procurar a bancada federal para discutir o tema, Sinésio afirmou que o Estado tem

deputados federais e senadores justamente para que o governador não precise tratar desse assunto.

Adin

O também petista José Ricardo apresentou um indicativo pedindo que Assembleia Legislativa e o governo do Estado entrem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), contra a medida. O deputado também cobrou mais atenção na discussão da Reforma Tributária.

Na Câmara Municipal de **Manaus**, o vice-presidente, vereador Marcel Alexandre (PMDB), afirmou que a Procuradoria Jurídica analisará uma maneira de ingressar com uma Adin.

Por unanimidade, o plenário aprovou um requerimento do vereador Leonel Feitoza (PSDB), solicitando que a Casa ingresse com a Adin junto ao STF. A Mesa Diretora aprovou também uma Moção de Repúdio, de autoria do vereador Luis Mitoso (PV), contra a MP 453.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>CAPACIDADE DE <u>PRODUÇÃO</u> SOBE MENOS QUE SALÁRIOS</b>		
	ORIGEM <b>FIAM</b> INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Indústria ficou menos eficiente e sofre com a oferta de **importados**

Segundo dados do IBGE, quantia produzida por horas trabalhadas está recuando, ao passo que a remuneração cresce

Com o **mercado** de trabalho aquecido, os salários pagos pela indústria cresceram mais do que sua capacidade de **produção** nos últimos doze meses. Considerando os últimos dois trimestres, a produtividade industrial recuou, enquanto os salários continuaram crescendo.

Isso significa que o setor está menos eficiente e mais caro, o que pode alimentar a inflação, reduzir a competitividade nacional e limitar a capacidade das empresas de conceder novos aumentos reais de salário e de investir. Uma consequência natural do cenário atual seria o endurecimento das negociações salariais, já que a produtividade está em descompasso com os custos.

Para o economista sênior do Banco Espírito Santo Flávio Serrano, no entanto, a falta de mão de obra qualificada dá espaço para os trabalhadores terem aumentos maiores: "A briga vai ser dura".

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que a produtividade da indústria acumula crescimento de 2,4% em doze meses.

Já a remuneração real do trabalhador cresce 3,6%. A produtividade indica quanto é produzido por hora de trabalho do funcionários.

Para o economista da LCA Fábio Romão, é a competição forte com os **importados** que está limitando o ritmo de crescimento da **produção**. Ao mesmo tempo, o **mercado** de trabalho está aquecido, o que infla os salários.

Além de terem que pagar mais pela mão de obra, as empresas estão lidando com insumos mais caros. A consequência seria o repasse do custo maior para os preços. Mas, em alguns casos, isso não é possível devido à competição dos **importados**.

Se por um lado a situação limita os efeitos na inflação, por outro reduz os lucros das empresas, afetando sua capacidade de fazer investimentos e gerar empregos.

A observação é do economista do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial Rogério Souza.

O economista da Unicamp Fernando Sarti lembra que a indústria também tem que lidar com juros altos e elevada carga tributária.

Um estudo da Ernst Young mostra que a produtividade da economia brasileira cresceu em média 0,4% ao ano de 2000 a 2008, a menor taxa entre os BRICs.

Na China, a taxa média foi 5,2%, na Rússia, 4,8%, e na Índia, 2,8%. O estudo mediu a eficiência dos trabalhadores, da alocação de investimentos e dos equipamentos de **produção**.

"A taxa de natalidade do país está diminuindo, a oferta de trabalho vai ficar restrita e os salários vão continuar crescendo", prevê o economista Jorge Arbache, da USP.

Segundo ele, isso afetará principalmente a indústria que é intensiva em mão de obra. "Os ganhos de produtividade são cada vez mais fundamentais", conclui.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>ABC DOS TABLETS</b>		
ORIGEM FIEAM	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO			

Enxurrada de aparelhos com Android, do Google, chega para disputar o **mercado** com o iPad, da Apple

LEONARDO MARTINS

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Se o computador que nós conhecemos é chamado de "pessoal", o que dizer de um aparelho que o usuário leva para a cama para ler livros, folheia durante o café da manhã e ainda se diverte com jogos no meio do trânsito? Os tablets estão mudando nossa relação com a tecnologia --e todo o **mercado** do entretenimento está aprendendo a seguir o mesmo caminho.

Com o lançamento do primeiro iPad, em janeiro do ano passado, o mundo acompanhou uma multidão em busca de uma nova categoria de dispositivo móvel. Mesmo com questionamentos sobre sua utilidade, em comparação a um notebook ou a um smartphone, o iPad superou as expectativas.

A aceitação do formato por empresas, editoras e consumidores fez o instituto de pesquisas Gartner prever vendas mundiais de 70 milhões de tablets em 2011, 4

vezes mais do que os 17,6 milhões no último ano no Brasil, foram apenas 100 mil unidades.

Grande parte do trunfo da Apple se deu por conta do investimento de outras empresas e desenvolvedores.

Atualmente, mais de 80 mil aplicativos exclusivos para a plataforma, desde passatempos até soluções corporativas, estão disponíveis na App Store.

Neste ano, a expectativa é a chegada de diversos tablets com a versão Honeycomb do Android, sistema operacional do Google, que pretende fazer frente ao iPad 2.

A variedade de formas e soluções que entrarão no **mercado** aliada à promessa do governo de reduzir os impostos para tablets devem popularizar a plataforma no país.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PRODUÇÃO NACIONAL SERÁ INTENSA NO SEGUNDO SEMESTRE</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Pelo menos mais cinco empresas fabricarão tablets no país; desoneração deve levar a redução de preço de 36%

Além de Samsung e Motorola, Moove, Multilaser, Semp Toshiba e ZTE farão aparelhos no Brasil

Mesmo antes de poder contar com a desoneração prometida pelo governo e com a suposta fábrica de iPads no Brasil, a **produção** nacional de tablets vai ganhar força no segundo semestre.

A Folha apurou que, no período, pelo menos cinco empresas estarão fabricando os equipamentos em território nacional. Antes sozinhas no país, a Samsung e a Motorola terão as companhias de Moove Computadores, Multilaser, Semp Toshiba e ZTE.

Desde o ano passado, a Samsung produz o Galaxy Tab de sete polegadas em sua fábrica em Campinas. A partir do final de junho, as versões de 10,1 polegadas e 8,9 polegadas também vão fazer parte dos trabalhos da empresa no país.

Silvio Stagni, vice-presidente da área de telecom da Samsung, estima que a companhia venderá 200 mil tablets em 2011, dependendo do comportamento do **mercado** --no ano passado, o **mercado** brasileiro adquiriu cerca de 100 mil aparelhos.

A Motorola não fala em números, mas, por meio de sua assessoria de imprensa, diz que todas as unidades do Xoom vendidas no **Brasil** são produzidas em sua fábrica em Jaguariúna, a 113 km de São Paulo. O tablet está nas lojas desde o final de abril.

Já a ZTE vai **importar** da China as primeiras unidades do V9, mas a empresa vai terceirizar a manufatura do aparelho no país até que a instalação de sua fábrica em Hortolândia, a 115 km de São Paulo, seja concluída. Segundo Eliandro Ávila, presidente da

ZTE no Brasil, isso deve ocorrer em seis meses. Ele prevê que 150 mil unidades sejam vendidas neste ano.

Ao anunciar o Life, a Multilaser afirmou que montará o equipamento em sua fábrica em Extrema, Minas Gerais. Espera-se a venda de 70 mil unidades. A Moove Computadores, que está instalada no pólo de informática de Ilhéus (BA), pode produzir o Win Tab no local.

Também na Bahia, a Semp Toshiba já manufatura, desde o início deste mês, o myPad. A linha de **produção** fica em Salvador e vai atender à demanda esperada pela empresa de cerca de 50 mil unidades.

Além disso, outras três empresas também podem produzir no país neste ano. A coreana LG e as brasileiras

Positivo e Itautec afirmam que terão tablets no **mercado** no segundo semestre. As duas primeiras, porém, ainda não se decidiram se vão ter manufatura nacional ou se vão **importar** os produtos. Sem dar detalhes, a Itautec apenas confirmou o lançamento de um aparelho.

#### TABLETS PARA TODOS

A expectativa é a de que um conjunto de medidas para desonerar os tablets de vários impostos seja aprovado nos próximos dias. Isso reduzirá o custo de **produção** e, conseqüentemente, o valor final do aparelho para todas as empresas que fabricarem tablets no Brasil.

Na última segunda-feira, os aparelhos foram enquadrados na Lei do Bem, que beneficiava outras categorias de eletrônicos. Ao alterar a lei e adicionar "máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis" com até 140 centímetros quadrados, a cobrança das contribuições PIS e Cofins, antes de 9,25%, foi zerada para aparelhos produzidos no Brasil.

Em outro incentivo fiscal, a **PPB** (Processo Produtivo Básico) dos tablets reduzirá o IPI de 15% para 3%.

Segundo o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, o preço dos aparelhos pode chegar a cair 36%.

A redução dos impostos foi uma das exigências da empresa taiwanesa Foxconn --que fabrica produtos da

Apple e de outras empresas de tecnologia-- para investir US\$ 12 bilhões no período de cinco anos em uma grande instalação no país.

A futura fábrica produziria não só o tablet da Apple, mas também telas e outros componentes básicos de eletrônicos e televisores

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Novo Código Florestal é aprovado na Câmara</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Novo Código Florestal é aprovado na Câmara

Texto-base passa sem consenso; governo não consegue mudar pontos cruciais

Sem consenso, a Câmara dos Deputados aprovou por 410 votos a 63 o texto-base da reforma do Código Florestal, que determina como deve ser a preservação de rios, florestas e encostas combinada com plantações e a criação de animais.

O governo não conseguiu mobilizar aliados nem convencer o relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) a mudar pontos cruciais. O revés partiu da bancada ruralista, que tem deputados do PMDB, do PP, do PR e do FIB, da base de apoio de Dilma.

Câmara aprova Código Florestal, que anistia desmatamento antigo

Pequenas fazendas não terão de replantar reserva de mata, que pode chegar a 80% da área

Áreas de Preservação Permanente, como topo de morro e várzea de rio, foram foco de controvérsia no debate

Após semanas de embate, negociações e troca de acusações, a Câmara dos Deputados aprovou o texto base da reforma do Código Florestal. A proposta foi analisada sem consenso entre governo, ambientalistas e ruralistas.

O governo não conseguiu mobilizar a base aliada nem convencer o relator do texto, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), a mudar pontos cruciais, como a chamada anistia para os desmatamentos feitos por produtores rurais até 2008.

O novo código determina como deve ser a preservação de rios, florestas e encostas, combinada com a **produção** de alimentos e a criação de gado. Desde 1965, quando foi criado, o Código Florestal

passou por várias modificações. Há 12 anos o Congresso tenta discutir um novo texto.

### A SAGA DE ALDO

Em outubro de 2009, Aldo assumiu a relatoria. Apresentou um documento que foi alvo de críticas de ambientalistas e ruralistas. Ao longo do trabalho, o deputado foi acusado de defender os interesses do agronegócio.

Questionado sobre seu texto final, Aldo disse que era "o possível", negando o alinhamento com os ruralistas e pedindo que a proposta seguisse para o Senado.

"Como relator, não aguento mais amarrar e desamarrar esse feixe de lenha e carregá-lo por mais tempo. É o momento de votarmos e deixarmos que o Senado realize seu trabalho", disse.

O texto, que contou com aval de 410 deputados e foi rejeitado por 63, também estabelece a isenção da reserva legal para as propriedades de quatro módulos.

Até o fechamento desta edição, os deputados ainda não tinham analisado uma emenda do PMDB que, se aprovada, implicaria em uma derrota do governo ao consolidar a manutenção de atividades agrícolas nas APPs (áreas de preservação permanente) e autorizar os Estados a participarem da regularização das propriedades rurais.

Agora, o governo pretende reverter no Senado esses pontos e ainda ampliar a punição do agricultor que for reincidente em crimes ambientais. Se não conseguir desfazer o quadro, a presidente Dilma Rousseff pretende vetar parte desses pontos. Na campanha eleitoral, ela se comprometeu a não autorizar projetos que estabelecessem a redução das áreas protegidas.

O revés partiu especialmente da bancada ruralista com deputados aliados do PMDB, PP, PR e PTB. O texto foi submetido a votação sem acordo entre o Planalto e a base aliada do governo.

Mesmo prevendo que perderia a votação, o governo liberou a análise da proposta para destravar a pauta da Câmara, que tem 11 medidas provisórias, sendo que a maioria perde validade na próxima semana. O PMDB, principal aliado, já tinha se comprometido a não votar mais nada se o código não fosse analisado.

O PT ficou dividido, sendo que 43 dos 80 deputados da bancada votaram a favor do texto base. O líder do PT, Paulo Teixeira (SP), disse que a orientação era apoiar a proposta de Aldo, mesmo com várias críticas e divergência.

Nos últimos dias, o governo chegou a fazer concessões. O ministro Antonio Palocci (Casa Civil) fez uma série de reuniões para tentar ajustar o relatório de Aldo.

Como a discussão do projeto foi interrompida há duas semanas, nenhuma nova emenda poderia ser apresentada. O Planalto chegou a ampliar a proposta feita na véspera para tentar conseguir o apoio da base aliada.

Uma última cartada seria flexibilizar as APPs de matas ciliares (de rio) não só para propriedades de quatro módulos, que ficaram em 20%, mas também estabelecer um escalonamento para as APPs em terras de até 10 módulos. "O governo chegou com uma proposta muito boa, mas tarde demais", disse o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN).

O governo também resistia à isenção da reserva legal para os quatro módulos (20 a 400 hectares, dependendo do Estado). Queria que o texto de Aldo trouxesse apenas previsão para agricultura familiar, mas o relator insistiu em incluir pequenas propriedades. Segundo o **Ministério** do Meio Ambiente, a medida deixará 15 milhões de hectares, o equivalente ao Acre, sem reflorestamento.

	VEÍCULO PÁGINA 20	EDITORIA
	TÍTULO <b>Dia da Indústria no Acre</b>	
ORIGEM FIEAM	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Federação das Indústrias do Estado comemora avanços com foco no futuro e no desenvolvimento do setor

Operários trabalham na construção da unidade integrada Sesi/Senai, em Cruzeiro do Sul

Dia 25 de maio é uma data festiva no calendário do setor secundário do Estado: Dia da Indústria. E motivos para comemorar não faltam, apesar de ainda haver obstáculos a serem superados. No entanto, bons ventos sopram na direção da indústria acreana, que tem na Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC) seu porto seguro na defesa de interesses e políticas públicas.

Nos últimos oito anos, a FIEAC atuou de forma incisiva na formulação de políticas públicas que resultaram na criação de um novo Parque Industrial, na implantação da Zona de Processamento de **Exportação** (ZPE) e na criação de um posto do **BNDES** na Casa da Indústria. Além disso, foi uma das instituições que desenvolveu minucioso trabalho para regulamentar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) no Acre - tanto no âmbito do município quanto do Estado.

A Federação também agiu sistematicamente na intenção de aperfeiçoar e ampliar a política de incentivos para as indústrias acreanas, lançada em 1999. Já no campo tributário, muitos avanços foram alcançados nesse período, como a isenção de **ICMS** para a indústria de panificação, além de um canal aberto com a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) para propor melhorias. Mas os progressos não param por aí.

Projeto “Norte Competitivo” é discutido por representantes de federações da indústria da **Amazônia** Legal

**Amazônia** Legal

Secretaria de Indústria

Uma das mais recentes conquistas foi a instituição da Secretaria Estadual de Indústria e **Comércio**, duas pastas incluídas na Secretaria de **Desenvolvimento**, Ciência e Tecnologia (SDCTIC), a fim de atender amplamente os anseios da iniciativa privada. O setor industrial acreano ganhou, em 2011, seu representante no Poder Público, podendo discorrer aberta e detalhadamente sobre os diversos entraves que atrapalham sua atividade.

O primeiro secretário de Indústria e **Comércio** do Estado, Edvaldo Magalhães, já dedicou seu primeiro dia oficial de trabalho a uma reunião com o setor produtivo industrial. O encontro possibilitou à iniciativa privada dar os primeiros passos em direção ao seu tão sonhado **desenvolvimento** e fortalecimento. Segundo Edvaldo Magalhães, a ordem é estabelecer uma relação muito próxima com os problemas e reivindicações do setor produtivo. “Queremos dar à Secretaria o ritmo e o tempo da iniciativa privada”, afirmou.

### **Norte Competitivo**

Um dos projetos de grande envergadura defendidos pela FIEAC intitula-se “Norte Competitivo”. Trata-se de um estudo aprofundado que indica quais são os eixos de integração de transportes e quais as obras prioritárias demandadas pelo setor produtivo brasileiro, sobretudo os estados que compõem a **Amazônia** Legal (Acre, Amapá, **Amazonas**, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

O levantamento demandou mais de um ano e foi encomendado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) à consultoria Macrologística, por meio da Ação Pró-**Amazônia**, que engloba as Federações das Indústrias dos nove Estados que compõem esta região. “Esta iniciativa é de fundamental importância para o crescimento do setor produtivo do nosso Estado, da nossa

região e até mesmo dos países vizinhos”, acredita João Francisco Salomão, presidente da FIEAC.

## ZPE

Única das brasileiras voltada para o Oceano Pacífico, a Zona de Processamento de **Exportação** do Acre já possui, de cara, este diferencial. Em palestra realizada para empresários na FIEAC, na semana passada, o ministro de Ciências e Tecnologia Aloísio Mercadante mencionou a ZPE como “uma grande oportunidade para o Estado, assim como a **Zona Franca** permitiu o **desenvolvimento** de **Manaus** (AM)”.

A expectativa é de que a Zona do Acre se transforme em uma plataforma de suprimento parcial de produtos brasileiros para os países vizinhos – um **mercado** de aproximadamente 30 milhões de consumidores, que estão a um raio de 75 quilômetros do Acre.

### ZPE do Acre irá gerar milhares de empregos

Em parceria com o Sebrae, a Confederação Nacional da Indústria, por meio da FIEAC, desenvolve o Programa de Apoio à Competitividade da Micro e Pequena Indústria (Procomp). A ideia é oferecer recursos a fim de elevar a competitividade da micro e pequena indústria. No Acre, o projeto tem ainda as parcerias dos sindicatos filiados, SENAI, SESI, Instituto Eivaldo Lodi (IEL) e Governo do Estado do Acre.

Neste 25 de maio, não por acaso, será realizado o lançamento do Projeto Procomp para o setor Mineral Não-Metálico, intitulado “Um compromisso empresarial de responsabilidade ambiental”. No entanto, os setores da construção civil, alimentos e panificação também serão contemplados ao longo do ano.

“Lançarmos nosso projeto no Dia da Indústria não é coincidência. Trata-se de uma conquista ligada à FIEAC, pois, com apoio do Sistema, vamos nos qualificar como empresários, gestores, incluindo a nossa mão-de-obra. É uma grande vitória para o nosso segmento”, afirmou o presidente do Sindmineral, João Paulo de Assis.

### Conselho Temático de Meio Ambiente

A FIEAC mantém Conselhos Temáticos permanentes que atuam na concepção, análise e sustentação de idéias e propostas para subsidiar a FIEAC na defesa dos interesses da indústria. Um dos mais recentes é o Conselho Temático de Meio Ambiente, Recursos Naturais e Energia, comandado pela empresária e presidente do Sindicato da Indústria Madeireira do Estado do Acre (Sindusmad), Adelaide de Fátima. A entidade já realizou eventos, como a 1ª Conferência da Indústria Acreana para o Meio Ambiente, a fim de posicionar a indústria para a sociedade e poderes públicos, a respeito de temas fundamentais para este setor.

Fieac e Conselho Temático do Meio Ambiente desempenham papel fundamental nesse processo, sendo coadjuvantes na inserção do Estado como referência do setor florestal para o Brasil. “Só temos a comemorar este Dia da Indústria. Principalmente o nosso setor, que saiu de uma origem marginalizada e hoje agrega mais valor e novas tecnologias à atividade. Saímos da condição de madeireiros para nos tornar indústria florestal”, comemora Fátima.

### Instituições integrantes

Além de todas as iniciativas já citadas, o Sistema FIEAC é composto por mais três casas, com missões distintas a fim de qualificar e fortalecer cada vez mais o setor. Na área de educação profissional, a entidade tem destacado trabalho por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/AC), que tem três objetivos primordiais: fortalecer o atendimento às indústrias; ampliar a oferta da educação profissional, atendendo os compromissos da gratuidade e a demanda da indústria; e intensificar e ampliar parcerias nacionais e internacionais.

Nos últimos anos, a Fieac atuou de forma incisiva na formulação de políticas públicas

Há ainda o Serviço Social da Indústria (SESI/AC), cuja missão é promover a educação, a saúde e a qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes. Além disso, a instituição visa estimular a gestão socialmente responsável da empresa industrial, contribuindo para a competitividade da indústria e o **desenvolvimento** sustentável do Estado do Acre.

Outra casa que busca alternativas para atender ao crescimento do setor industrial é o Instituto Euvaldo Lodi (IEL- AC). A entidade promove o aperfeiçoamento da gestão, a capacitação empresarial e a interação entre as empresas e os centros de conhecimento, por meio de cursos, MBAs, pesquisas e um setor de estágio, que seleciona e recruta estagiários das mais variadas formações acadêmicas de acordo com as demandas.

Investimentos do Senai na educação profissionalizante são cada vez maiores

### **Cruzeiro do Sul**

Integrar é a palavra de ordem do Sistema FIEAC. Com isso em vista, a instituição, num esforço conjunto entre as quatro casas, e montou um escritório de representação na capital do Vale do Juruá, Cruzeiro do Sul.

A fim de atender às indústrias em todo o Estado, mesmo nos municípios de difícil acesso, a FIEAC ampliou seu leque de atendimento no extremo oeste do Estado, e

irá inaugurar, no próximo mês, a Unidade Integrada SESI SENAI. A ideia é oferecer os mais diversos cursos de educação básica, continuada e profissional, capacitando e qualificando a mão-de-obra daquela localidade.

Estes são apenas alguns dos degraus já percorridos pelo setor industrial acreano. O caminho para o fortalecimento pode ainda ser longo, mas vem sendo traçado de maneira segura e sistemática, de modo a não haver falhas que torne o processo vulnerável. “Temos ainda duras batalhas contra oponentes que atrasam nosso **desenvolvimento**, como as elevadas cargas tributárias e excesso de burocracia. Porém, se olharmos para trás veremos que mais distantes do nosso objetivo já estivemos. Este 25 de maio é um dia para que possamos refletir no que já conquistamos e focar no que ainda queremos: um Acre fortalecido porque possui um setor industrial igualmente forte”, finalizou Salomão.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>EMPRESAS JÁ TÊM PROJETOS PARA PRODUZIR TABLETS</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Após aprovação do governo para ter direito a incentivos, Samsung vai lançar três modelos no país. Pequenas buscam parcerias

Paulo Justus e Lino Rodrigues

. SÃO PAULO e RIO. A fabricação de tablets no país, dentro do programa de incentivos oferecidos pelo

**Governo Federal**, deve começar nas próximas semanas.

Essa é a previsão do secretário e Política de Informática do **Ministério** de Ciência e Tecnologia (MCT),

Virgílio Almeida, que coincide com o prazo para a publicação da nova versão do Processo Produtivo Básico.

O **PPB** trará as regras de nacionalização de componentes e as contrapartidas que as empresas terão de oferecer para obter isenção tributária. As 12 fabricantes que estão inscritas para produzir tabuletas no Brasil confirmaram ontem que estão prontas para atender às exigências do MCT.

A sul-coreana Samsung, que produz o Galaxy desde outubro no país, informou que vai colocar três novos modelos no **mercado** pós a publicação do **PPB** e a aprovação de seu projeto de **produção** local pelo

**Ministério**.

- Temos três aparelhos prontos para começar a produzir no dia seguinte ao anúncio da autorização interministerial e do **PPB** - disse o vice-presidente de Novos Negócios da Samsung, Benjamin Sicsú.

Segundo ele, a Samsung pretende colocar em linha de **produção** o Galaxy de sete polegadas sem voz e sem TV, mais barata que o modelo montado atualmente na sua fábrica em Campinas (SP). Os modelos de oito e de dez polegadas também passarão

a ser produzidos lá. O modelo Galaxy Tab atual, de sete polegadas com funções de voz e videochamada, é classificado como celular e por isso não pode ser enquadrado na lei.

O vice-presidente de Marketing e Vendas da SempToshiba, Caio Ortiz, disse que, com a aprovação dos incentivos, o **mercado** no país pode chegar a até 400 mil unidades vendidas este ano. A empresa espera conquistar uma fatia de 10% de participação nas vendas, com a **produção** de 30 mil a 40 mil unidades este ano em Salvador.

Entre as marcas menores, a MXT, que produz tablets desde o início do ano para o **mercado** corporativo, estuda lançar outra linha a partir dos incentivos. De acordo com o sócio-diretor Fábio Bedran, os projetos em estudo vão de tablets, para o varejo, a modelos de baixo custo, para programas de inclusão digital. A empresa investiu R\$ 2 milhões na compra de maquinário para o início da **produção** em Betim MG), além de R\$ 500 mil para o **desenvolvimento** do aparelho.

Motorola já apresentou pedido ao **Ministério** A Sanmina, que fabrica de notebooks a medidores de energia em Hortolândia, recebeu três propostas para fabricar tablets em sociedade com outras empresas este ano.

O diretor comercial, Luciano Lamoglia ainda analisa os projetos. Já o presidente da Aiox, com fábrica em Caçador (SC), Jovelci Domingos Gomes, está à procura de parceiros para produzir tablets. Segundo ele, a linha de **produção** recém-montada e com 16 mil metros quadrados tem capacidade para **produção** de 50 mil aparelhos por mês.

A Motorola Mobility informou, por meio de nota, que já enviou a requisição ao MCT. A empresa já produz

em Jaguariúna (SP) o Motorola Xoom, lançado em abril. A LG, que deve lançar o LG Optimus Pad ainda este ano, não confirmou se o modelo será produzido aqui ou no exterior. Mas em razão de já ter **produção** local de celulares, em Taubaté (SP), disse que há "grande

chance" de seus tablets serem feitos aqui. Procuradas, Foxconn, Itautec e Positivo apenas confirmaram que vão lançar seus produtos no segundo semestre deste ano.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>MUITO ALÉM DE APPLE, SAMSUNG E MOTOROLA</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Há produtos a partir de R\$ 350

Melissa Cruz

. Enquanto o custo dos tablets não recua - como espera o governo com a MP publicada na segunda-feira, o consumidor busca alternativas para fugir dos preços altos de Apple, Samsung e Motorola, que vendem seus dispositivos entre cerca de R\$ 1.700 e R\$ 2.300 no Brasil. Uma pesquisa com o termo tablet em sites de comparação de preços lista uma avalanche de produtos "genéricos". Quando organizados por valor, esses itens tomam a frente dos líderes de **mercado**, com preços entre R\$ 350 e R\$ 1.500.

Em março, a psicóloga Liz de Azevedo comprou um Coby Kyros com Android 2.1 por US\$ 165 (cerca de R\$ 280) em viagem a Foz do Iguaçu. Liz, que queria um smartphone, optou pelo tablet quando comparou preços. - Se fosse comprar um celular com as mesmas funções, pagaria o mesmo ou até mais. Utilizo o tablet para acessos rápidos, e-mail e sites. Estou satisfeita.

O preço é determinante para quem está interessado na tecnologia, mas não necessariamente em funções específicas de uma única marca.

- O **mercado** brasileiro é bem sensível a preço. A guerra dos PCs trouxe preços agressivos, que não foram

bons para a indústria, mas foram bons para o consumidor - diz José Martim Juacida, analista do IDC.

Assim, a aposta em dispositivos de marcas como Orange, Acer, HTC e Coby, entre outros, pode trazer bons frutos. Os sites Kabum e Coruja Mix, por exemplo, têm o Coby por cerca de R\$ 350.

A desenvolvedora de web Luciana de Moura, dona de um iPad, buscou um tablet com Android, por causa dos aplicativos mais baratos: - O touch screen da Apple é mais preciso, prático e rápido. Mas como o sistema operacional Android é fácil de usar, não há problemas.

O designer Jonas Almeida diz que, embora aparelhos genéricos sejam facilmente encontrados nas prateleiras das fronteiras, é preciso cuidado. Ele comprou um tablet no Paraguai, mas revendeu: - O preço é bom, os tablets também, para o que se propõem. Mas não consegui instalar aplicativos pagos.

	VEÍCULO COLUNA CLÁUDIO HUMBERTO		EDITORIA
	TÍTULO <b>INVESTIMENTOS</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A **Superintendência** da **Zona Franca (Suframa)** aprovou 65 projetos industriais e de serviços, num total

de US\$ 750,9 milhões, que, em três anos, podem gerar 1.725 novos empregos no polo de **Manaus**.

	VEÍCULO CBN <b>MANAUS</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Para Périco, Ganância, vista grossa e desrespeito ameaçam <u>Zona Franca de Manaus</u></b>		
	ORIGEM <b>FIEAM</b> INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O presidente do Sindicato das Empresas de Aparelhos Eletrônicos, Elétricos e Similares de **Manaus**(SINAEES), Wilson Périco, colocou o empresariado da **Zona Franca** a disposição do Governo para tentar reverter o quadro negativo gerado pela Medida Provisória(MP) dos Tablets. Segundo o empresário, a MP não ameaça apenas os investimentos, mas os empregos do Polo Industrial de **Manaus**(PIM).

“Não apenas o SINAEES, mas todas as entidades de classe, tanto patronal como laboral, percebem o risco da **Zona Franca**. O **Brasil** é o único país do mundo que tem uma lei que dá incentivos fiscais a uma família de produtos. A Lei de informática. Uma Lei inconstitucional, porque a única região do país que poderia conceder incentivos seria a **ZFM**, por conta do modelo aqui estabelecido.

O presidente do SINAEES fez criticou a ganância dos outros Estados, ao pouco caso do **Governo Federal** com a **Zona Franca** de **Manaus** e o Judiciário Federal em relação à Lei de Informática, que continua fazendo vista grossa a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade(ADIM) do Governo do **Amazonas**. “A Adim está há dez anos no Supremo(Tribunal Federal) e até hoje não foi julgada”, critica Périco.

“Os outros Estados, numa ganância fora de propósito e, o pior, com a anuência do próprio **Governo Federal**, a todo instante, colocam em risco, não só os investimentos feitos em **Manaus**, mas principalmente os empregos, que é o que mais nos preocupa”, desabafa o presidente do SINAEES.

De acordo com Périco, empresários e trabalhadores estão prontos para ajudar, dar apoio e suporte ao Governo do **Amazonas** na luta pela manutenção das vantagens comparativas da **ZFM**. “Isso é uma questão política e requer muita habilidade da nossa bancada e muita força por parte do Governo do Estado. Quanto a nós, podemos prestar qualquer tipo de subsídio, informação, apoio aos nosso parlamentares, em busca de uma contrapartida para a nossa região”, conclui.

Neste momento, observadores políticos já admitem que a atuação do ex-senador Artur Virgílio Neto faz muita falta, neste momento, no Congresso Nacional.